**CARTA DO COLETIVO DOS APOSENTADOS DA UFPR**

Os Professores Aposentados da UFPR, integrados ao Coletivo de Aposentados da APUFPR, declara seu compromisso com a greve da educação federal e ressalta ser uma pauta salarial justa, vinculada à denúncia de um orçamento arrochado que precariza gravemente a vida universitária. Sim, arrochado, pois há um outro orçamento que não tem entrado na discussão, que não é público, que está oculto: o destinado aos rentistas, aos mercadores financeiros. O orçamento em discussão está arrochado pois com o arrocho se economiza para pagar os juros da dívida pública.

Nossa presença na greve não evidencia apenas um apoio formal. Estamos aposentados, mas irmanados na mesma luta. Buscamos o reconhecimento do governo e da sociedade quanto ao grande prejuízo de 40% nos salários, devido à nossa exclusão da atual carreira do magistério do ensino público federal.

É urgente o nosso reposicionamento na carreira, tendo em vista a paridade de vencimentos em relação aos professores ativos, pois a maioria de nós vive apenas do salário, nesta que é a fase mais difícil da nossa existência, cientes de que muito contribuímos na luta da defesa da Universidade Pública de qualidade e, consequentemente, para a formação e preparação de profissionais, e seguimos contribuindo com a Previdência Social.

A desigualdade se perpetua estruturalmente na República, haja vista orçamentos absurdamente díspares entre, por exemplo, civis e militares. Atualmente, a Defesa conta com um orçamento de 126 bilhões de reais, para seu contingente de 300 mil corpos bem remunerados na carreira militar, com paridade de vencimentos entre reserva e ativa.

Há mais de 3 décadas a economia brasileira encontra-se estagnada em termos da sua complexidade, o que nos condena a um papel colonial e permite dispensar a contribuição da pesquisa científica e à formação de quadros técnicos necessários a um projeto de modernização e atualização da estrutura econômica e social.

Nós, professores, somos 95 mil e acumulamos uma defasagem salarial de 22% nos governos Temer e Bolsonaro, que não reajustaram nossos salários pela inflação. Os Técnicos Administrativos são 200 mil servidores técnico administrativos nas instituições federais de ensino superior (IFES) e ganham em média até 2,5 salários mínimos. Isto repercute, reiteradamente, em 70% de abandono de funções nas universidades, fragilizando ainda mais as condições de ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade Pública é contemplada (ou castigada) com um orçamento de menos de 6 bilhões, enquanto produz 95% da ciência no Brasil, formando os quadros de todas as instâncias da República, profissionais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Segue preparando e qualificando tanto o pessoal de instituições públicas, incluindo as militares, quanto os profissionais do setor privado.

Os professores, ativos e aposentados, denunciam, em seu conjunto, a desvalorização da carreira de magistério público federal e recordam do quanto fazem e fizeram, ao longo do tempo, na formação de profissionais de tantas outras carreiras.

Colocamo-nos juntos e unidos no legítimo movimento de greve, único instrumento que temos nós, professores da carreira, para rejeitar a proposta pífia do Governo que foi apresentada no dia 19 de abril em mesa de negociação.

Segundo avaliação do Comando Nacional de Greve, “as propostas apresentadas pelo governo evidentemente não contemplam a pauta protocolada, mas já expressam avanços decorrentes da greve e das mobilizações, o que ratifica a necessidade de seguirmos adiante e ampliarmos as lutas em todos os Comandos Locais de Greve (CLG), comitês, comissões e comandos de mobilização.”

No que se refere ao segmento dos professores aposentados, excluídos das propostas, considerando que nenhuma de nossas reivindicações foi contemplada, lamentavelmente não podemos, desse modo, considerar que houve avanços de nenhuma natureza decorrentes da greve e das mobilizações.

Queremos aqui, mais uma vez, fortalecer o justo e legítimo movimento da greve, com apoio a todas as causas do quadro docente atuante, que será, no futuro, o de aposentados.

Para concluir, reiteramos que seja colocada na mesa de negociação a pauta específica dos aposentados, que consiste, fundamentalmente, no reposicionamento na carreira e na paridade com o quadro que hoje atua na Universidade Pública Federal. E, logicamente, o reajuste linear para os professores do Magistério Superior das Universidades e Institutos Federais no ano de 2024.

Curitiba, 23 de abril de 2024.